

## **CAPÍTULO 5**

# **O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO BÁSICA: PROJETOS EDUCATIVOS DO CEOM/ UNOCHAPECÓ NO OESTE CATARINENSE**

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcdma05>

**Mirian Carbonera**

**Aline Bertoncello**

**André Luiz Onghero**

**Denise Adriana Argenta**

**Idemar Ghizzo**

**Dandara de Lima**



**SUMÁRIO**

## INTRODUÇÃO

Vivemos em um tempo no qual a informação transita mundialmente, com possibilidades de comunicação e interação cada vez mais dinâmicas e rápidas. Neste tempo, a quantidade de imagens, sons, sinais e textos captados pelo olhar humano privilegiam as formas recentes de comunicação e, ao mesmo tempo, parecem colocar em questão aquelas utilizadas em espaços que se dedicam à produção e a difusão do conhecimento, tais como a escola.

Nos espaços formais e não formais de ensino, os desafios são múltiplos e vão muito além de atrair a atenção de estudantes. Como proporcionar momentos significativos de aprendizagem, desenvolver habilidades, incentivar a reflexão crítica, contribuir para a formação de valores individuais e coletivos? Como o patrimônio cultural de uma região pode ser estudado no espaço escolar? Outros espaços ou instituições podem contribuir para que a escola alcance seus objetivos em relação à aprendizagem? E se o patrimônio estiver em sério risco de ser destruído e depender do reconhecimento pela população, como os educadores podem contribuir para que seja preservado?

Ao refletir sobre a educação patrimonial, no presente texto, apresentamos algumas experiências desenvolvidas pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó), as quais buscam aproximar os conhecimentos resultantes das pesquisas arqueológicas e o ensino escolar, com vistas a valorizar o patrimônio arqueológico e sensibilizar para a sua preservação.

Criado em 1986, como programa de extensão e pesquisa da Fundação Universitária para o Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), o CEOM desempenhou um importante papel na promoção de estudos a respeito da história do Oeste de Santa Catarina, e no incentivo para a criação de espaços dedicados à memória e a ações voltadas para a educação patrimonial. A preocupação com os acervos arqueológicos existentes na sua região de abrangência já estava incluída no projeto de criação do centro, e a difusão das informações científicas a respeito do tema foi publicada no segundo número da revista *Cadernos do CEOM*, no artigo “Síntese Pré-histórica do Oeste” (ORTIZ, 1987).

Desde então, o Centro desenvolveu diversas ações, como pesquisas, salvaguarda de acervos, exposições e publicações voltadas à produção de conhecimentos a respeito do patrimônio cultural regional, com especial ênfase ao patrimônio arqueológico, e suas ações voltadas ao público dos diferentes níveis de ensino<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Nossas experiências e desafios têm sido apresentados em trabalhos de alguns autores, por exemplo: Oliveira e Carbonera, 2000; Paim, 2006; Paim, Pansera e Carbonera, 2012; Carbonera, Onghero, Argenta, 2013; Carbonera e Pansera, 2015; Carbonera e Loponte, 2015.

Além disso, desde pelo menos 2002 são oferecidas, de forma mais sistemática, oficinas e atividades educativas sobre o tema, o qual se tornou um dos mais requisitados pelos grupos escolares.

## **O CENÁRIO REGIONAL E AS DIFERENTES HERANÇAS CULTURAIS E PATRIMONIAIS**

A formação sociocultural do Oeste de Santa Catarina ocorreu por meio de um processo histórico marcado pela colonização, a partir da década de 1920, que teve por base a comercialização de terras por empresas colonizadoras e promoveu o povoamento da região, principalmente por imigrantes europeus e seus descendentes, a maior parte, agricultores vindos do estado do Rio Grande do Sul. A atuação das referidas empresas colonizadoras foi decisiva para constituir o quadro cultural da região ao compor núcleos colonizadores com base na origem étnica (principalmente italianos, alemães e poloneses) e religião (em sua maioria, de confissão católica ou luterana).

Ao se estabelecerem na região, tais grupos passaram a ocupar áreas que até então eram povoadas por grupos indígenas e caboclos. Estes, devido à inexistência de títulos de propriedade, acabaram excluídos da posse da terra e socialmente marginalizados, sendo forçados ao êxodo ou a trabalhos mal pagos e em condição de exploração.

Dedicando-se, em grande parte, à agricultura familiar, muitos colonizadores, ao trabalharem a terra, encontraram vestígios dos povos nativos que habitaram a região. Com frequência, devido ao estigma social criado sobre os descendentes de indígenas e caboclos, tais objetos eram desvalorizados e descartados ou considerados exóticos e transformados em itens de coleções particulares que, mais tarde, foram incorporados aos museus locais. Além disso, lendas a respeito de tesouros associados a tais objetos, motivaram buscas que destruíram muitos sítios arqueológicos (CARBONERA, 2009, 2011).

Ao mesmo tempo em que havia desvalorização dos bens materiais que faziam referência a tais grupos, os novos povoadores do Oeste Catarinense, cultivavam os elementos culturais que os identificavam com sua origem europeia e, nas novas terras, os projetavam como “pioneiros” e “desbravadores”.

A esse contexto cultural somou-se outro elemento, que intensificou muito a rejeição à cultura indígena: os conflitos ocorridos, a partir da década de 1980, de-

vido à identificação e demarcação de Terras Indígenas<sup>2</sup>. Desde então, temendo que a presença de sítios arqueológicos justificasse a demarcação de Terras Indígenas e a consequente desapropriação de terras, tornou-se comum ocultar, esconder informações e vestígios ou, até mesmo, destruí-los. O mesmo temor gera a rejeição aos estudos acerca das populações indígenas e dificulta o acesso dos pesquisadores aos sítios arqueológicos.

São situações dessa natureza que mobilizam o trabalho do CEOM, no intuito de esclarecer a comunidade regional, por meio de ações educativas, a respeito das leis que protegem os bens arqueológicos, de que forma os estudos são realizados e a importância em pesquisar e preservar esse patrimônio para entender as antigas sociedades e seus modos de vida. Nesse sentido, as pesquisas arqueológicas que ocorrem desde a década de 1950 ganharam fôlego nos últimos 20 anos, bem como os estudos relacionados aos projetos de licenciamento ambiental ou pesquisas acadêmicas, muitas, desenvolvidas pelo CEOM em parceria com diferentes instituições brasileiras e estrangeiras. O conhecimento sobre os povoamentos mais antigos com grupos de caçadores-coletores é ainda bastante fragmentado; no entanto, pesquisas realizadas na última década têm propiciado novas informações, principalmente sobre os aspectos cronológicos e os sistemas técnicos<sup>3</sup>. Já o período em que a região foi habitada pelos agricultores ceramistas Guarani e Itararé-Taquara tem sido abordado de diferentes aspectos, desde as formas de assentamento destas populações, suas práticas mortuárias, os sistemas técnicos, dieta, cronologias, contatos culturais<sup>4</sup>. Estes estudos têm revelado dados novos, ampliando os conhecimentos até então existentes e demonstrando o potencial desse material para a produção do conhecimento.

## EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO

Em conformidade com a lei federal n. 3.924, de 1961, o patrimônio arqueológico é considerado bem da União. Ao passo que a Constituição Federal de

---

2 Embora esse tipo de conflito tenha origem no processo de colonização oficial, empreendido por companhias colonizadoras que, com o aval do Estado lotearam e venderam a agricultores descendentes de europeus as terras da região, sem considerar a ocupação anterior dessas áreas por povos indígenas e caboclos, atualmente – no senso comum – a disputa e o conflito se dão somente entre agricultores e povos indígenas e raramente o Estado é responsabilizado. Essa postura é alimentada pelos discursos oficiais e, comumente, os povos indígenas são apresentados como responsáveis pela destruturação de comunidades e territórios, sem considerar o processo histórico que culminou nestas questões.

3 Para aprofundar informações a esse respeito, sugerimos consultar: Caldarelli, 2010; Costa, 2012; Loponte, Carbonera e Silvestre, 2015; Lourdeau *et al.*, 2016.

4 Ver: Caldarelli, 2010; Carbonera, 2008, 2013, 2014; Carbonera; Loponte e Silvestre, 2015; De Masi, 2012; Rogge e Carbonera, 2011; Oliveira, 2009, 2011.

1988, em seu art. 216, apresenta os instrumentos de acautelamento e proteção do patrimônio cultural, em suas diferentes dimensões (BRASIL, 1988). No entanto, a legislação apenas se torna uma prática social mediante a participação ativa da comunidade, pois a preservação é uma ação compartilhada entre estado e sociedade. Cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fazer a gestão desses bens em todo o território nacional. Nas últimas duas décadas, o Iphan passou a exigir a realização de atividades educativas para as comunidades locais e, com isso, todos os projetos de pesquisa que são encaminhados a esse instituto devem indicar as ações de educação e difusão patrimonial. Com a portaria n. 230, de 2002, a questão foi reforçada, abrangendo também os projetos de licenciamento ambiental, proporcionando um grande aumento de ações educativas em torno do patrimônio arqueológico em diferentes pontos do Brasil. Recentemente essa portaria foi integrada a um novo documento, a instrução normativa n. 001/2015 do Iphan.

A preocupação com a educação e em valorizar o patrimônio local acompanha o CEOM desde sua criação. Na década de 1990, por meio de articulação com prefeituras municipais e escolas, o Centro desenvolveu projetos que incluíam oficinas com professores e publicação de livros sobre história local. A reflexão sobre o patrimônio cultural permeava esses projetos e também motivou a publicação da edição n. 12 da *Revista Cadernos do CEOM*, com o tema “Educação Patrimonial e Fontes Históricas”, no qual foram incluídos artigos discutindo problemáticas regionais referentes ao patrimônio<sup>5</sup>.

Nos anos 2000, o CEOM redefiniu suas ações e setores de trabalho, incluindo um Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos e um programa de Educação Patrimonial. Desde então, o Centro oferece ações educativas com base nos bens arqueológicos, por meio de diferentes atividades de comunicação, como exposições de longa duração e itinerantes, aulas temáticas, visitas em seus laboratórios e em etapas de pesquisa de campo.

Dentre essas experiências, selecionamos duas, resultantes de projetos desenvolvidos recentemente, com o intuito de fortalecer e ampliar o diálogo entre o patrimônio arqueológico, a educação básica e a comunidade regional.

---

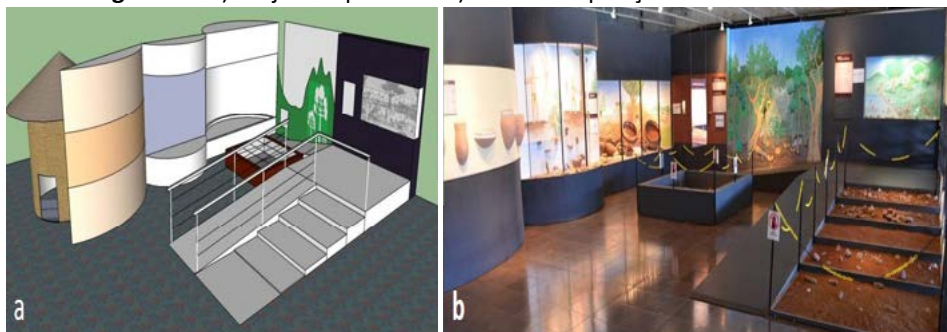
5 A exemplo de Ortiz, 2000 e de Rego, 2000, além de reflexões teóricas a respeito de museus e educação patrimonial, como Tamanini, 2000; Horta, 2000; Grunberg, 2000.

## **PROJETOS DE COMUNICAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E O DIÁLOGO COM O ENSINO BÁSICO**

Em 2004, o CEOM implementou uma exposição de longa duração dedicada ao patrimônio arqueológico intitulada “Arqueologia das multiplicidades do Oeste de Santa Catarina”. A exposição era composta por seis módulos, ficou em cartaz durante quatro anos e teve uma grande visitação da comunidade, em especial do público escolar. No entanto, do ponto de vista didático, era uma mostra bastante formal, pouco lúdica e com linguagem voltada ao público adulto. Foi desativada em 2008, principalmente em virtude da necessidade de manutenção dos módulos e, desde então, teve início o planejamento de um novo projeto expositivo.

Em 2012, o projeto “Comunicação do Patrimônio Arqueológico Pré-colonial do Oeste de Santa Catarina” foi apresentado ao edital Prêmio Modernização de Museus do Instituto Brasileiro de Museus IBRAM/Ministério da Cultura (MINC). A proposta foi premiada viabilizando financeiramente a produção da exposição de longa duração “Como era antes: o patrimônio arqueológico pré-colonial do Oeste Catarinense”. Dentro do circuito expositivo, foram abordadas as temáticas: procedimentos de pesquisa, a importância em preservar os bens arqueológicos e o modo de vida dos povos que habitaram a região Oeste de Santa Catarina no período pré-colonial (desde os caçadores coletores antigos, até os grupos ceramistas Itararé-Taquara e Guarani mais recentes). A exposição tem como público preferencial os alunos das séries iniciais e do ensino médio; apresenta módulos expositivos com artefatos originais, textos e ilustrações, além de duas instalações representando a forma de sepultamento Guarani e uma estrutura subterrânea Itararé-Taquara (figura 1A e 1B).

**Figura 1** – A) Projeto expositivo. B) Vista da exposição “Como era antes”



**Fonte:** Acervo CEOM/Unochapecó (2014).

Trata-se de uma exposição didática, com o intuito de possibilitar ao público leigo em arqueologia a apreensão de informações e a produção de conhecimento, na perspectiva de ressignificação da realidade conhecida. O projeto contemplou, desde a concepção inicial, a ideia de acessibilidade, para tanto, compreendendo que a exposição ultrapassa a dimensão física, a proposta incluiu visitas guiadas, mediação e oficinas para professores, alunos, comunidade e públicos especiais. Também acompanha a mostra uma cartilha de apoio didático para professores impressa tanto em tinta quanto em braile (figura 3). Da mesma forma, os textos que integram a exposição são apresentados nas duas linguagens. O público infanto-juvenil recebe, durante a visita, um *folder* contendo informações básicas acerca da preservação do patrimônio e um jogo informativo. A divulgação da mostra é feita por meio de *flyers*, cartazes e *outdoors*, além de matérias jornalísticas em mídia impressa e audiovisual geradas espontaneamente.

A acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência visual é o principal diferencial dessa exposição. A fim de viabilizar essa proposta, os painéis foram projetados com *design* que privilegia as sensações, tais como linhas curvas, declives suaves no chão, texturas e figuras em relevo nas paredes. Uma parte dos objetos que compõe a mostra foi reproduzida como réplicas no intuito de permitir o manuseio pelos visitantes. Esses elementos somam-se ao texto guia da exposição e ao material didático em braile, atendendo de modo especial às pessoas com baixa visão ou cegas. Esse conjunto de ações possibilitou maior inclusão, embora tenhamos ciência das limitações desse tipo de iniciativa, e das dificuldades de promover acessibilidade total já que, por exemplo, não é possível manusear objetos originais, tendo em vista o alto risco de comprometer sua integridade.

Quanto às oficinas para professores, optou-se por realizar a capacitação não somente em Chapecó – que sedia a exposição de longa duração – mas também em municípios próximos, objetivando alcançar assim um maior número de profissionais de ensino. Foram atendidos 550 professores de educação básica de Chapecó, São Carlos, Saudades, Pinhalzinho, Nova Erechim, Formosa do Sul, Mondai e Itapiranga, em 13 oficinas. Também foram realizadas cinco oficinas para 92 professores de educação especial e para pessoas cegas, graças à parceria com a Associação de Deficientes Visuais do Oeste Catarinense (Adevosc) e à colaboração de Alceu Kuhn, especialista em comunicação com público cego e de baixa visão (figuras 2A e 2B). Somente no ano de lançamento da exposição, em 2015, foram atendidos 1.431 estudantes. Desde então, as atividades de mediação continuam já que a exposição deve se manter em cartaz por tempo indeterminado.

**Figura 2** – A) Oficina para formação de professores no município de Pinhalzinho/SC. B) Formação de professores de Educação Especial



**Fonte:** Acervo CEOM/Unochapecó (2015).

**Figura 3** – Capa do material didático entregue para professores referente ao projeto “Como era antes: o patrimônio arqueológico pré-colonial do Oeste Catarinense” (esquerda). Capa do material didático entregue para alunos e visitantes referente ao projeto “Povoamentos pré-históricos do Alto Rio Uruguai/SC: pesquisa e difusão do patrimônio arqueológico” (direita)



**Fonte:** Acervo CEOM/Unochapecó (2016).

Complementando a proposta de comunicação do patrimônio arqueológico e, no intuito de ampliar o acesso, uma segunda exposição, em formato itinerante foi concebida a partir do projeto “Povoamentos pré-históricos do Alto Rio Uruguai/SC: pesquisa e difusão do patrimônio arqueológico”. A viabilização financeira dessa proposta se deu através de três fontes de financiamento distintas: no estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Fundação



Catarinense de Cultura, Funcultural e Edital Elisabete Anderle/2014, do Fundo de Apoio à Extensão – FAPEX (edital interno da Unochapecó) e, também, de recursos financeiros advindos da Foz do Chapecó Energia S. A. Com esse projeto, foi possível realizar pesquisas de campo, ampliando os dados referentes ao povoamento pré-colonial da região do Alto Rio Uruguai e um programa de comunicação que resultou na exposição itinerante denominada “As pistas que revelam o passado: conheça o patrimônio arqueológico do Oeste Catarinense”. Acompanham a exposição uma revista em quadrinhos voltada para público infanto-juvenil e um *folder* de divulgação.

Esse projeto teve como objetivo socializar o conhecimento produzido pelo Centro a partir de pesquisas científicas recentes, bem como sensibilizar a comunidade regional para a valorização e preservação do patrimônio arqueológico. O diferencial dessa exposição é seu formato itinerante, que permite atender em sua própria localidade, públicos diversos, que dificilmente se deslocariam à Sede do CEOM, para visitar a exposição de longa duração em cartaz. A circulação da mostra começou no segundo semestre de 2016 e os dados apresentados aqui dizem respeito a este semestre.

Dado o caráter frágil, a importância e o cuidado constante de preservação do patrimônio arqueológico, foram produzidas réplicas, formando uma pequena mas significativa coleção, suficiente para demonstrar os diferentes momentos da pré-história regional. A exposição é dividida em três partes: na primeira, apresentam-se as diferentes ciências que estudam o passado, uma segunda parte mostra as sociedades que habitaram a região do alto rio Uruguai desde pelo menos 10 mil anos atrás, e a parte final é constituída por jogos interativos que abordam a subsistência dos povos pré-coloniais. O material está distribuído em oito caixas de MDF de 50,5 x 60,5 x 13 cm (figura 4).

**Figura 4** – Vista da exposição itinerante “As pistas que revelam o passado, exposta no município de São Carlos-SC



Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó (2016).

O patrimônio arqueológico foi abordado por meio de linguagem didática voltada especialmente ao público infanto-juvenil. No entanto, o plano educativo previu a produção de materiais para diferentes públicos tais como a publicação de apoio didático, denominada “As pistas que revelam o passado: uma aventura arqueológica” (figura 3). Pensado com o intuito de estimular a continuidade do trabalho com a temática no cotidiano, este material é dividido em três partes: a primeira apresenta uma história em quadrinhos; a segunda, um texto informativo sobre a pré-história do Oeste Catarinense e, a terceira, atividades didáticas. A história em quadrinhos foi elaborada com a participação de um professor de artes do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Chapecó e de uma estudante, justamente com o intuito de transformar os dados da ciência arqueológica em uma linguagem mais acessível e lúdica. Para a comunidade local, foi elaborado e distribuído um folder com o objetivo de apresentar e informar sobre as atividades do projeto e esclarecer dúvidas acerca do patrimônio arqueológico.

A exposição deve ser exibida nos municípios onde o CEOM desenvolve atividades de pesquisa e/ou salvaguarda acervos arqueológicos. Para exibição da amostra, são estabelecidas parcerias com as Prefeituras Municipais, através das Secretarias de Cultura, de Educação ou com os Museus Municipais. As instituições cedem o espaço físico, organizam eventos de lançamento e oficinas (que são ministradas pela equipe do CEOM), bem como se responsabilizam pela mediação, no período que a exposição permanece no município. No dia do lançamento, é realizada a oficina de capacitação para professores e mediadores.

Para este capítulo, foram contabilizadas as exposições realizadas nos municípios de Itá, Águas de Chapecó e São Carlos, entre junho e dezembro de 2016, contemplando um público de 2.311 pessoas.

## **A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES**

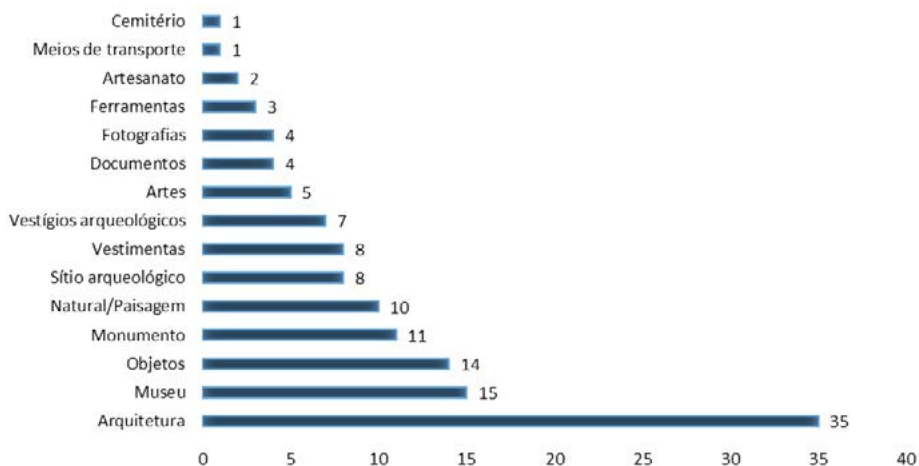
Os projetos de comunicação do patrimônio arqueológico desenvolvidos pelo CEOM e aqui apresentados, tem como público-alvo preferencial professores e estudantes do Ensino Básico. A proposta educativa se fundamenta a partir do entendimento de que estes se constituem como agentes de transmissão, multiplicadores do conhecimento produzido e das propostas comunicativas. A seguir, apresentamos e analisamos os resultados de uma pesquisa realizada com professores, no momento de implantação do projeto “Comunicação do Patrimônio Arqueológico Pré-colonial do Oeste de Santa Catarina”.

Na ocasião, foi ministrada uma oficina – que fazia parte das atividades do referido projeto – sobre o patrimônio arqueológico do Oeste de Santa Catarina, incluindo também a divulgação da exposição “Como era antes” e a distribuição do material didático produzido no projeto.

Professores do ensino infantil ao fundamental final, em cerca de 30 instituições dos oito municípios participantes das oficinas, preencheram em grupo 53 questionários. O questionário aberto foi pensando para diagnosticar a compreensão dos professores e as dificuldades enfrentadas em suas escolas para estudar esse tema.

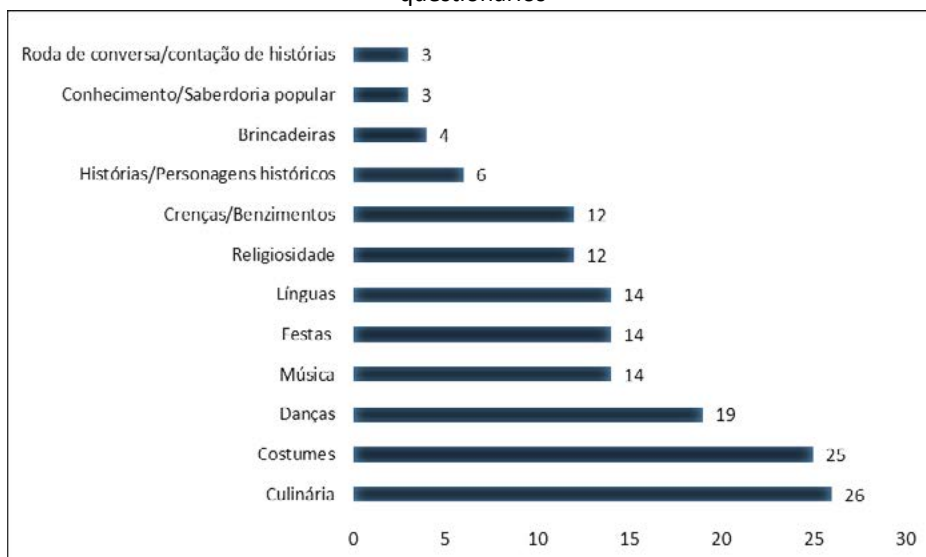
As duas primeiras questões visavam perceber como entendiam a noção de patrimônio cultural e, em seguida, identificar exemplos na Região Oeste de Santa Catarina. De acordo com as respostas, todos tiveram uma boa compreensão, sendo citadas as mais variadas expressões culturais e patrimoniais, conforme se pode observar nos gráficos 1 e 2:

**Gráfico 1** – Exemplos de patrimônio material do Oeste Catarinense citados nos questionários



Fonte: Elaborado pelos autores.

**Gráfico 2** – Exemplos de patrimônio imaterial do Oeste Catarinense citados nos questionários



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Analisando os exemplos citados, chamou-nos a atenção o reduzido número de referências aos bens arqueológicos, tendo em vista que os questionários foram aplicados após a oficina que abordava o tema. As menções ao patrimônio arqueológico foram feitas por professores de municípios que apresentam grande número de sítios registrados e em cujos museus locais existem significativas coleções arqueológicas, como em Mondai e Itapiranga. Já os questionários aplicados nos municípios de Pinhalzinho, Nova Erechim e Formosa do Sul contabilizaram maior número de menções a exemplos de patrimônio imaterial, o que reflete o trabalho desenvolvido pelo Museu Histórico de Pinhalzinho que, na época, realizou diferentes atividades em torno dos bens imateriais. Na contagem final, foram 154 menções ao patrimônio imaterial, destacando-se a culinária e os costumes, e 128 aos bens materiais, nesse caso, os principais exemplos citados referem-se aos bens edificados.

A questão três buscava entender como os professores definiam o patrimônio arqueológico, e as respostas, bastante pontuais, revelam diferentes concepções. Dos 53 questionários, separamos dez respostas apresentadas a seguir:



*Resposta 1: Achados dos antepassados.*

*Resposta 2: Remete aos povos primitivos.*

*Resposta 3: Vestígios antigos, que comprovem a existência de civilizações ancestrais.*

*Resposta 4: São os sítios arqueológicos, os artefatos que os museus guardam. [...] material encontrado por acaso ou através de escavações.*

*Resposta 5: Cultura, costumes, objetos e fósseis dos nossos antepassados, encontrados em escavações.*

*Resposta 6: São fósseis, pinturas rupestres, patrimônio tombado.*

*Resposta 7: São objetos produzidos e deixados pelos homens desde sua existência.*

*Resposta 8: São vestígios deixados pelos humanos do passado.*

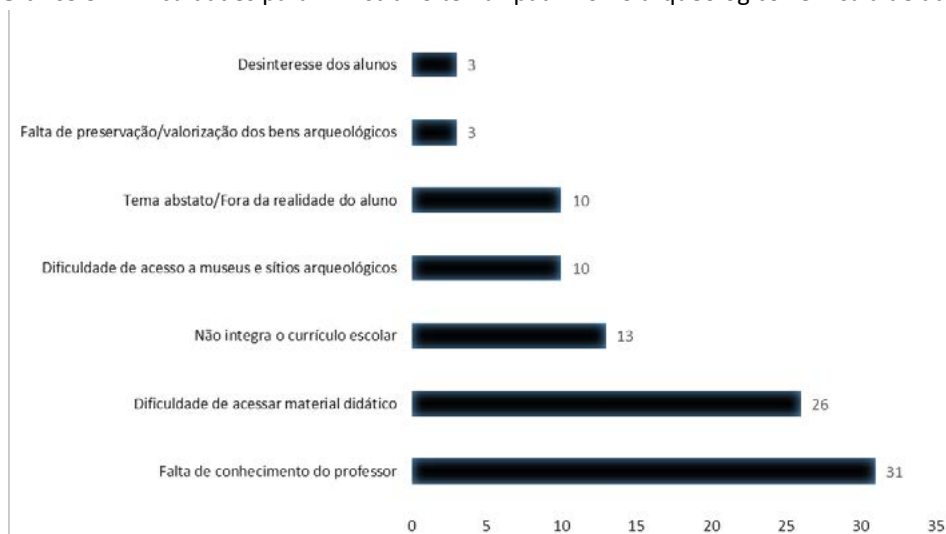
*Resposta 9: Entendemos como patrimônio arqueológico os objetos, artefatos encontrados que foram realmente usados, utilizados por povos antigos na pré-história, história.*

*Resposta 10: Descoberta de fósseis.*

Em geral, os professores apontam que os bens arqueológicos são produções de antigas populações que se preservaram ao longo do tempo. Entretanto, cabe destacar que a palavra fóssil foi citada 11 vezes, o que demonstra uma confusão de termos, bastante comum, entre a ciência arqueológica e a paleontológica. Visando contribuir para explicar as diferenças entre as ciências, a exposição itinerante “As pistas que revelam o passado”, lançada em 2016, aborda a questão e apresenta as diferentes ciências como arqueologia, paleontologia, história e geologia. Também novas atividades e exposições estão programadas a fim de trazer mais informações sobre o assunto.

A quarta pergunta objetivava entender as dificuldades encontradas com a temática “patrimônio arqueológico” em sala de aula. No gráfico 3, foram sistematizadas as principais dificuldades apontadas pelos professores:

**Gráfico 3** – Dificuldades para ministrar o tema “patrimônio arqueológico” em sala de aula



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Os professores apontaram a falta de conhecimento como maior dificuldade, na sequência, a falta de materiais, acesso a museus e inclusão do tema no currículo. Ao indicarem estas questões, observa-se que os professores percebem o tema como complexo, reivindicando mais formação e materiais a fim de subsidiar aulas a respeito. É importante destacar que, apesar do CEOM ter atividades contínuas, nem todos os professores da região são contemplados, devido ao amplo espaço geográfico e às limitações financeiras dos projetos desenvolvidos pelo Centro.

Por fim, a questão cinco indagava: “O que seria necessário para que, na prática docente, seja possível contribuir para a difusão e valorização do patrimônio cultural, especificamente do patrimônio arqueológico da nossa região”. A seguir, separamos oito respostas, as quais expressam as principais ideias apresentadas:

*Resposta 1: Conscientização das comunidades e dos alunos através de cursos, palestras, incluindo o tema em sala de aula. Promover o registro das memórias das comunidades sobre o tema.*

*Resposta 2: Maior conhecimento do professor. Maior disponibilidade de material.*

*Resposta 3: A participação dos docentes nas oficinas, pois a partir do embasamento eles conseguirão passar adiante os seus conhecimentos.*

*Resposta 4: Oficinas nas escolas e comunidade. Organizar pequenos museus nas escolas para que a comunidade possa estar visitando e conhecendo sua história.*

*Resposta 5: A valorização da história local. Mapeamento de sítios arqueológicos na região, com a exposição do material encontrado na própria região. Oficinas práticas em arqueologia para educandos. Tombamento de espaços históricos.*

*Resposta 6: Ter conhecimento na área, realizar visitas em museus e conhecer os materiais expostos e sítios arqueológicos, incluir no currículo escolar.*

*Resposta 7: Fundamentação teórica; espaço físico adequado; material informativo; estudo detalhado do patrimônio arqueológico da região.*

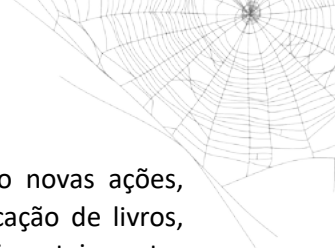
*Resposta 8: Incluir no currículo maior valorização do assunto, pois um povo sem história desaparece sem deixar rastro.*

No geral, estas respostas também indicaram a necessidade de ampliação das ações de capacitação. Além disso, foi citado o anseio por conhecer e ter maior acesso aos bens arqueológicos por meio de exposições e visitas a museus, além de sugerir que a escola promova formas de acesso ao material, e que o currículo possa contemplar o tema. As respostas indicam espaço para a ampliação de projetos e ações voltados à formação de multiplicadores e à difusão do conhecimento produzido pelas pesquisas acadêmicas explicitando a lacuna existente entre a produção e os processos de comunicação do conhecimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ações desenvolvidas pela equipe do CEOM nas últimas duas décadas em torno do patrimônio arqueológico têm possibilitado a realização de ações sistemáticas que estão promovendo mudanças significativas sobre o entendimento da ciência arqueológica e a valorização do patrimônio cultural na região Oeste Catarinense, tais como:

- A ampliação do número de pesquisas (graças a parcerias), a qualificação da equipe e a sistematização das informações têm trazido novos e importantes dados sobre os diferentes aspectos das sociedades pré-coloniais;
- Maior número de escolas/municípios atendidos e de público alcançado mediante ações educativas;
- Aprovação de projetos de comunicação possibilitaram a elaboração de exposição de longa duração e itinerante, materiais didáticos e de divulgação, assim como ações sistemáticas de formação de professores;



- Sensibilização e interesse pela temática tem gerado novas ações, especialmente na comunidade escolar, como: publicação de livros, organização de feiras e amostras, trabalhos experimentais, entre outros.

Cabe salientar, que embora as mudanças no cenário sejam perceptíveis, como apontado anteriormente, soma-se a isso que os bens arqueológicos têm entrado na pauta não somente da educação básica mas também do ensino superior, e em outras frentes, gerando novas exposições em museus locais, preocupação com a preservação dessas coleções, entre outras. Ainda assim, nota-se que o reconhecimento desses bens como patrimônio é um trabalho de médio e longo prazo e ainda enfrenta muitos desafios. Outro ponto que merece destaque é a continuidade, não somente das ações educativas mas também sua avaliação constante, com professores e estudantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei federal n. 3.924 de 26 de julho de 1961.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Instrução normativa 001 de 25 de março de 2015.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1599>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

CALDARELLI, S. (org.). **Arqueologia preventiva na UHE Foz do Chapecó, SC/RS.** Relatório final. Florianópolis: Scientia Consultoria Científica, 2010.

CARBONERA, M. Patrimônio arqueológico no Oeste de Santa Catarina: do colecionismo ao científico. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 83-98, 2009.

CARBONERA, M. As pesquisas arqueológicas entre o final do século XIX e o início do século XXI. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Antes do Oeste Catarinense:** arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011. p. 17-45.



CARBONERA, M. **A ocupação pré-colonial do alto rio Uruguai, SC:** contatos culturais na Volta do Uvá. 2014. 326 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARBONERA, M.; PANSERA, E. A. Histórias da pré-história: educação patrimonial entre os vales dos rios Irani e Chapecó. *In:* MARASCHIN, Maria Lucia Marocco; CAMARGO, C. da S. **Extensão Universitária:** reflexões acadêmicas. Chapecó: Argos, 2015. p. 149-159.

CARBONERA, M.; LOPONTE, D. Promovendo a gestão e a difusão do patrimônio arqueológico: as primeiras ações do projeto binacional Arqueologia da Floresta Atlântica Meridional Sul Americana. *In:* FUNARI, Pedro Paulo; CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Mariah da Silva Gomes. **Arqueologia pública e patrimônio:** questões atuais. Criciúma: Unesc, 2015. p. 313-326.

CARBONERA, M.; LOPONTE, D.; SILVESTRE, R. Um contexto Itararé-Taquara no alto rio Uruguai: resultados do sítio Otto Aigner 2. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano** – Series Especiales, n. 2, v. 4, p. 135-153, 2015.

CARBONERA, M.; ONGHERO, A. L. O passado pré-colonial de Porto Novo. *In:* FRANZEN, D. O.; MAYER, L. (org.). **Porto Novo 90 anos:** perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 12-35.

CARBONERA, M.; ONGHERO, A.; ARGENTA, D. O Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina e o trabalho com o patrimônio arqueológico: possibilidades e desafios. **Cadernos do CEOM:** Patrimônio, memória e identidade, n. 38, Chapecó, p. 117-130, 2013.

COSTA, S. S. da. **Arqueologia no alto Uruguai:** a Foz do Chapecó. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

GRUNGERG, E. Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 14, n. 12, p. 159-180, 2000.

HORTA, M. de L. P.; GRUNGERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

HORTA, M. de L. P. Modos de ver: museus e comunicação. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 14, n. 12, p. 133-157, 2000.

LOPONTE, D.; CARBONERA, M.; SILVESTRE, R. Fishtail Projectile Points from South America: The Brazilian Record. **Archaeological Discovery**, v. 3, n. 3, p. 1-9, 2015.

LOURDEAU, A.; CARBONERA, M.; SANTOS, M. C. P.; HOELTZ, S., FONTUGNE, M.; HATTÉ, C.; SILVA, S. F. S. M.; ROSINA, P.; LUCAS, L. O.; DA COSTA, A.; FOUCHER, C.; RAMALHO, J. B.; KUCZKOVSKI, F.; CAMPOS, J. B.; VIANA, S. A.; HERBERTS, A. Pré-história na foz do rio Chapecó. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 29, n. 45, p. 220-242, 2016.

OLIVEIRA, J. R.; CARBONERA, M. Entre política pública e universitária: 20 anos de Iphan e CEOM em Santa Catarina. **Revista de Arqueologia**, n. 1, v. 2, p. 85-98, 2002.

OLIVEIRA, K. A cerâmica pintada da tradição Tupiguarani: estudando a coleção Itapiranga, SC. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. **Documentos**, n. 11, p. 5-88, 2009.

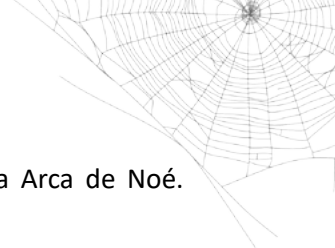
OLIVEIRA, K. Um caso de “regionalismos culturais” por meio do estudo da cerâmica pintada Tupiguarani de Itapiranga (SC). *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (orgs.). **Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Editora Argos, 2011. p. 219-240.

ORTIZ, H. B. D. Síntese pré-histórica do Oeste. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 2, p. 4-47, 1987.

ORTIZ, H. B. D. Programa PEC: de qual história e de qual patrimônio falar? **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 14, n. 12, p. 181-200, 2000.

PAIM, E. A. Ceom: 20 anos de memórias de um centro de memória. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 17, n. 19, p. 18-35, 2006.

PAIM, E. A.; PANSERA, E.; CARBONERA, M. Exposição nos vales dos Rios Chapecó e Irani: uma experiência educativa com base no patrimônio arqueológico. *In*: PAIM, E. A.; GUIMARÃES, M. de F. (org.). **História, memória e patrimônio: possibilidades educativas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 65-78.



REGO, M. E. P. A educação patrimonial como parte do Programa Arca de Noé. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 14, n. 12, p. 201-220, 2000.

ROGGE, J. H.; CARBONERA, M. O contato cultural entre populações ceramistas pré-coloniais na região do alto rio Uruguai. *In*: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. **Antes do Oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011. p. 309-338.

TAMANINI, E. Descobrir, coletar, preservar: aspectos da história dos museus. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 14, n. 12, p. 107-132, 2000.